



INTERPELAÇÃO ESCRITA

A QUESTÃO DA ELECTRICIDADE E DA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS

Há dias, registou-se outro incêndio no edifício Jardim Kuong Fok Cheong, localizado na Areia Preta, obrigando à evacuação de centenas de residentes. Os incêndios que aconteceram ultimamente foram causados, na sua maioria, por curto-circuito eléctrico, e são frequentes em Macau, o que põe em causa a segurança contra incêndios em muitos edifícios, devido à falta de inspecção periódica das instalações eléctricas e dos electrodomésticos envelhecidos. Após o incêndio ocorrido no ano passado nesse edifício, os equipamentos contra incêndios foram melhorados, o que fez com que, desta vez, o fogo fosse apagado num curto espaço de tempo. Pelo exposto, o normal funcionamento dos equipamentos de prevenção contra incêndios dos edifícios contribui para maior rapidez nos trabalhos de salvamento em caso de incêndio, sendo muito importante para garantir a vida dos cidadãos e a segurança dos bens.

Com o agravamento do problema de envelhecimento dos edifícios de Macau, os equipamentos eléctricos instalados em muitos deles estão já deteriorados, envelhecidos ou avariados. Muitos prédios velhos ainda não têm comissão de administração, nem existe uma norma obrigatória para a sua constituição, e os proprietários também não têm conhecimentos suficientes sobre a manutenção de equipamentos eléctricos, de protecção contra incêndios e de outras instalações públicas, negligenciando a importância da realização periódica de inspecções e reparações. Segundo muitos residentes, a fiscalização da segurança contra incêndios efectuada pelos serviços públicos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

não é eficaz, pois as vias de evacuação dos edifícios estão obstruídas por objectos, e as instalações e os equipamentos relacionados com a segurança contra incêndios ou estão avariados ou não funcionam, e as respectivas obras de manutenção e reparação não se realizam atempadamente, o que resulta em risco de segurança contra incêndios. Esta situação revela, por um lado, a falta de consciência dos cidadãos sobre a segurança contra incêndios e, por outro lado, contribui para incessantes infracções devido à falta de competências sancionatórias dos serviços de bombeiros. Os residentes esperam que as autoridades, através de processo legislativo, reforcem o poder de direcção, execução e fiscalização do corpo dos bombeiros, e procedam à inspecção completa dos equipamentos eléctricos e de prevenção contra incêndios nos edifícios de Macau, no sentido de diminuir os riscos de segurança nos bairros comunitários.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1 - Em Macau, são frequentes os incêndios devido ao envelhecimento das instalações eléctricas domiciliárias e à falta de manutenção periódica dos equipamentos eléctricos. Assim sendo, como é que o Governo vai divulgar, entre a população, informações sobre a segurança no uso da electricidade em casa? O Governo vai tomar medidas para incentivar os residentes a proceder periodicamente à inspecção, reparação e substituição dos equipamentos antigos, reduzindo assim a ocorrência de incêndios?

2 - O Governo afirmou que a proposta de revisão do “Regulamento de segurança contra incêndios” incluía a definição das competências e responsabilidades dos respectivos serviços, e que o conteúdo concreto desta proposta devia ser divulgado, em tempo oportuno, após a conclusão da revisão por parte dos serviços competentes. Qual é o ponto de situação da revisão do referido Regulamento? Quanto às inspecções dos serviços de bombeiros e às



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

competências destes para a aplicação de sanções, foram efectuados os devidos ajustamentos na referida proposta de revisão?

3 - Em Macau, a maioria dos edifícios não tem assembleia de condóminos, pelo que é difícil recorrer ao Fundo de Reparação Predial para a realização das inspecções, manutenção e reparação das instalações públicas de electricidade e contra incêndios. Mesmo que os edifícios tenham assembleia de condóminos também não procedem atempadamente aos trabalhos de reparação e melhoria, porque não há normas que os obriguem a fazê-lo. Segundo os serviços competentes, o Regime jurídico da construção urbana em revisão propõe a aplicação de sanções aos proprietários que não cumpram as respectivas normas, então, qual é o ponto de situação dos respectivos trabalhos de revisão? Quanto aos edifícios que não têm assembleia de condóminos, tendo em conta a garantia da segurança pública, o Governo deve tomar a iniciativa de os substituir na reparação dos edifícios e posteriormente cobrar as respectivas despesas aos proprietários. Vai fazê-lo?

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau**

Zheng Anting

14 de Agosto de 2020